

Venda da Vale melhorou contas públicas

No acumulado em 12 meses, o déficit nominal caiu para 5,53% do PIB e o operacional subiu para 3,47%

Ivanir José Bortot
de Brasília

A venda da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) contribuiu para um ajuste patrimonial de R\$ 3,7 bilhões na conta de ativos e passivos públicos ao transferir débitos da União ao setor privado e cancelar parte da dívida mobiliária federal.

O impacto fiscal da privatização da Vale, porém, deverá ser bem menor, embora ainda não tenha sido mensurado. A venda da estatal contribuiu, de qualquer forma, junto com a elevação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), para reduzir as despesas com juros reais, melhorando o déficit do setor público no primeiro quadrimestre, pelos conceitos nominal (que considera a variação total das necessidades de financiamento do setor público) e operacional (que exclui a correção monetária da dívida).

O déficit nominal caiu de R\$ 3,57 bilhões em abril para R\$ 2,568 bilhões, em maio, no acumulado dos primeiros quatro meses do ano. A queda do déficit operacional foi mais expressiva, de R\$ 2,565 bilhões para R\$ 1,432 bilhão no mesmo período.

Mas o déficit público medido pelo fluxo acumulado nos últimos 12 meses teve um comportamento contraditório: pelo conceito operacional, subiu de 3,39% do Produto Interno Bruto (PIB), em abril, para 3,47%, em maio; e pelo conceito nominal, caiu de 5,67% do PIB para 5,53% do PIB no mesmo espaço de tempo.

O aumento da arrecadação dos impostos pela União, especialmente com a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPFM), e a redução das despesas de custeio dos Estados contribuíram para a redução do superávit primário (que são as receitas menos despesas excluídas dos juros) de R\$ 991 milhões, no primeiro quadrimestre.

O superávit primário consolidado do setor público, no acumulado de 12 meses, passou de zero em abril para 0,08% do PIB em maio, ficando muito aquém da meta da equipe econômica de 1,5% do PIB até o final do ano. "É uma meta que devemos atingir, embora tenhamos apenas oito meses pela frente", disse o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes.

O crescimento global da dívida líquida do setor público estabilizou pelo efeito do ajuste patrimonial provocado pela venda da Vale do Rio Doce. Só que a dívida fiscal líquida, que provoca impacto sobre a necessidade de financiamento do setor público, ao contrário, cresceu. A dívida líquida fiscal da União, estados, municípios e empresas estatais aumentou de R\$ 266,9 bilhões, em abril, para R\$ 269,5 bilhões, em maio.

O ajuste patrimonial líquido ficou em R\$ 3,176 bilhões em maio. O valor é resultado de um ganho de R\$ 3,7 bilhões com a venda da Vale e o reconhecimento de R\$ 624 milhões de dívidas

antigas. Assim, o saldo da conta de ajuste patrimonial caiu de R\$ 15,749 bilhões, em abril, para R\$ 12,573 bilhões, em maio. A dívida líquida fiscal mais o ajuste patrimonial ajudou a reduzir a dívida global líquida de R\$ 282,7 bilhões, em abril, para R\$ 282,1 bilhões, em maio.

A privatização da Vale implicou na transferência de R\$ 2,15 bilhões de dívidas que eram da empresa e, portando, de responsabilidade do Tesouro Nacional, para o setor privado. Houve, ainda, o efeito de resgate de R\$ 1,55 bilhão de títulos da dívida mobiliária federal feita pelo Tesouro Nacional com o dinheiro que recebeu pela venda da Vale, ajudando a reduzir as despesas com juros. Nos dois casos houve um impacto fiscal, mas o Banco Central não conseguiu apurar a sua extensão exata.

A parcela de R\$ 1,745 bilhão, que integra o valor global de R\$ 3,2 bilhões da venda da Vale, acabou não tendo impacto fiscal algum. É que os recursos foram usados em uma operação triangular entre o Tesouro Nacional, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, envolvendo papéis do Fundo das Compensações sobre Variações Salariais (FCVS).

O Tesouro usou os recursos da venda da Vale para pagar ações que o BNDES tinha junto a estatal. O BNDES comprou créditos de FCVS, em valor equivalente, junto à Caixa Econômica Federal, o que levaria a uma quitação de dívida de responsabilidade do Tesouro Nacional e criou uma linha de empréstimo para financiar a infra-estrutura.

A operação de quitação da dívida não teve nenhum impacto uma vez que as dívidas do FCVS não vêm sendo contabilizadas oficialmente pela União. "Os seus efeitos sobre o déficit público já foram registrados no passado", disse Lopes.

O déficit operacional das contas públicas acabou tendo uma melhora significativa em maio, devido à elevação da inflação medida pelo IGP-DI centrado de maio, que é apurado com uma parte dos preços de abril e outra de maio. O juro aplicado sobre o estoque da dívida líquida do setor público, interna e externa, caiu de 16,6% ao ano em abril para 16,2% em maio. A parcela dos juros aplicada sobre a dívida externa líquida caiu de 9,8% em abril para 9,6% ao ano em maio. A aplicação deste custo de juros é feita depois de contabilizar todos as receitas com aplicação das reservas internacionais. O custo dos encargos da dívida líquida interna caiu de 17,6% para 17,2% no mesmo período.

As despesas do setor público com juros reais, apesar desta queda de taxas no acumulado dos últimos 12 meses, até aumentaram em maio. A despesa com juros reais subiu de 3,39% do PIB em abril para 3,56% em maio, sendo um dos fatores que explica o aumento do déficit operacional. A União é que aparece com maior

despesas de juros. O desembolso feito com juros nos últimos 12 meses foi de R\$ 15,1 bilhões para a União. Os estados gastaram R\$ 10,6 bilhões e as empresas estatais, R\$ 3,3 bilhões.

A melhora do déficit nominal, ao contrário, ficou por conta do comportamento das contas dos estados e municípios. As unidades federativas conseguiram reduzir o

déficit nominal acumulado em 12 meses de R\$ 20,1 bilhões em abril para R\$ 19 bilhões em maio. A União, ao contrário, elevou o déficit de R\$ 21,5 bilhões para R\$ 21,9 bilhões na mesma comparação, enquanto as contas das estatais ficaram inalteradas.

Nas contas pelo conceito primário, da mesma forma, os estados tiveram o melhor desempe-

nho. O déficit primário de R\$ 2,5 bilhões que vinha sendo acumulado até abril caiu para R\$ 1,453 bilhão em maio. O superávit primário da União, que era de R\$ 1,656 bilhão acumulado até abril, caiu para R\$ 1,192 bilhão e o superávit das empresas estatais melhorou de R\$ 835 milhões em abril, no acumulado de 12 meses, para R\$ 943 milhões, em maio.

BASE MONETÁRIA E COMPONENTES

Média dos saldos nos dias úteis

Período	Base monetária		Papel-moeda emitido				Reservas bancárias			
	R\$ milhões		Variação percentual		R\$ milhões		R\$ milhões		Variação percentual	
			No mês	Em 12 meses			No mês 1/	Em 12 meses	No mês 1/	Em 12 meses
1995 Dez	20.746		23,9	20,2	13.155		29,6	43,5	7.591	15,1
1996 Dez	20.106		19,3	-3,1	16.780		22,9	27,6	3.326	3,7
1997 Jan	20.620		2,6	0,5	18.288		-3,1	33,0	4.354	30,9
Fev	22.610		9,7	22,4	16.013		-1,6	35,6	6.597	51,5
Mar	24.697		9,2	37,0	15.838		-1,1	38,5	8.859	34,3
Abr	24.672		-0,1	41,4	15.479		-2,3	34,9	9.193	3,8
Mai*	24.450		-0,9	38,9	15.540		0,4	34,0	8.911	-3,1
Jun*	24.706		1,0	41,6	15.614		0,5	29,2	9.092	2,0

1/ Em relação ao último dia do mês anterior. Programação monetária para o 2º trimestre de 1997: R\$ 24,0 bilhões - R\$ 28,1 bilhões (ponto médio das previsões: 49,3% em 12 meses). * Dados preliminares.

FATORES CONDICIONANTES DA BASE MONETÁRIA

Fluxos acumulados no mês

Período	Operações			Depósitos			Total	Outras contas	Variação da base monetária
	Tesouro Nacional 1/	c/ títulos públicos federais	Operações do setor externo	Assistência financeira de liquidez	Instituições financeiras 2/	Fundos de Investi- mento			
1995 Dez	913	2.456	268	2.035	941	-877	64	386	6.122
1996 Dez	444	2.309	234	176	-1.399	-1.157	-2.556	3.520	4.127
1997 Jan	2.175	-586	-1.305	2.495	-816	2.026	1.210	55	4.064
Fev	-560	1.166	-75	-6.738	-1.224	3.679	2.455	178	-3.575
Mar	-328	-1.565	-611	-2.742	-1.315	1.061	-254	2.053	2.039
Abr	-2.043	1.237	-1.484	7.221	-654	685	32	5	4.967
Mai*	-2.871	-684	2.586	-3.481	-1.768	349	-1.419	339	-5.551
Jun*	167	1.215	-1.389	3.191	-704	253	-451	184	2.916

1/ Não inclui operações com títulos. 2/ Inclui compulsório sobre depósitos judiciais e sobre fianças, depósitos vinculados ao SBPE, depósitos sobre insuficiência de aplicação em crédito rural, recolhimento do Proagro, depósitos de instituições financeiras - Resolução nº 1.718, depósitos vinculados a operações ativas e passivas, sobre operações de crédito, depósitos a prazo e DER (a partir de novembro de 1995). * Dados preliminares.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

Fluxos dos últimos 12 meses

Período	Operacional 2/				Juros reais				Primário				% PIB 1/
	Governo federal e Banco Central	Governos estaduais e municipais	Empresas estatais 3/	Total	Governo federal e Banco Central	Governos estaduais e municipais	Empresas estatais 3/	Total	Governo federal e Banco Central	Governos estaduais e municipais	Empresas estatais 3/	Total	
1991 Dez	-0,31	-1,18	0,08	-1,41	0,56	0,20	0,80	1,56	-0,87	-1,39	-0,72	-2,98	
1992 Dez	0,80	0,80	0,62	2,21	2,11	1,15	1,27	4,53	-1,31	-0,35	-0,65	-2,32	
1993 Dez	0,00	-0,23	-0,02	-0,25	1,42	0,32	0,63	2,38	-1,42	-0,55	-0,85	-2,62	
1994 Dez	-1,57	0,56	-0,31	-1,32	1,48	1,41	0,88	3,77	-3,05	-0,85	-1,19	-5,09	
1995 Dez*	1,63	2,31	0,84	4,79	2,20	2,14	0,79	5,14	-0,57	0,17	0,05	-0,35	
1996 Jan*	2,05	2,47	0,97	5,49	2,26	2,11	0,77	5,13	-0,21	0,36	0,20	0,36	
Fev*	1,88	2,46	0,76	5,10	2,36	2,15	0,78	5,30	-0,49	0,31	-0,02	-0,20	
Mar*	1,75	2,87	0,70	5,12	2,43	2,16	0,76	5,33	-0,88	0,52	-0,05	-0,22	
Abr*	2,29	2,44	0,76	5,49	2,36	1,98	0,68	5,01	-0,06	0,46	0,08	0,47	
Mai*	2,44	2,35	0,74	5,53	2,26	1,82	0,63	4,70	0,18	0,54	0,11	0,82	
Jun*	2,38	2,32	0,75	5,45	2,26	1,75	0,59	4,61	0,12	0,56	0,16	0,84	
Jul*	2,26	2,37	0,76	5,39	2,29	1,70	0,55	4,55	-0,03	0,67	0,20	0,84	
Ago*	2,34	2,20	0,67	5,22	2,26	1,58	0,50	4,34	0,09	0,62	0,17	0,88	
Set*	2,14	2,17	0,80	4,90	2,18	1,45	0,45	4,08	-0,04	0,71	0,15	0,83	
Out*	2,27	2,16	0,47	4,91	2,17	1,44	0,44	4,05	0,10	0,72	0,04	0,86	
Nov*	2,14	2,01	0,33	4,48	2,15	1,39	0,42	3,96	-0,01	0,62	-0,09	0,51	
Dez*	1,67	1,88	0,32	3,88	2,07	1,31	0,40	3,78	-0,40	0,57	-0,08	0,09	
1997 Jan*	1,67	1,78	0,21	3,64	1,98	1,28	0,39	3,66	-0,31	0,48	-0,19	-0,02	
Fev*	1,49	1,66	0,24	3,39	1,87	1,22	0,38	3,47	-0,38	0,44	-0,14	-0,08	
Mar*	1,77	1,45	0,36	3,58	1,76	1,16	0,37	3,28	0,01	0,29	-0,01	0,29	
Abr*	1,57	1,53	0,29	3,39	1,77	1,23	0,39	3,39	-0,20	0,31	-0,10	0,00	
Mai*	1,70	1,47	0,29	3,47	1,85	1,30	0,41	3,56	-0,15	0,18	-0,11	-0,08	

1/ Reflete a relação dos fluxos com o PIB, ambos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI. 2/ Deflator: IGP-DI (centrado). 3/ Engloba as empresas federais, estaduais e municipais. * Dados preliminares. (+) Déficit. (-) Superávit.